**Introdução à gestão de acampamento**

**MÓDULO 1**

**Conteúdo**

* + **Introdução**
  + **Objetivos de aprendizagem**
  + **Informações de contextualização**
  + **Referências e ferramentas**
  + **Acompanhamento operacional (indicadores)**

**Introdução**

Este módulo apresenta aos participantes as tendências de deslocamento global e sua complexidade e diversidade com base na análise de uma variedade de perfis de pessoas deslocadas de todo o mundo. O módulo também aborda soluções de curto e longo prazo para o deslocamento, com foco em diferentes tipos de assentamentos temporários, e enfatiza a importância da gestão de acampamento para facilitar o acesso de populações deslocadas às necessidades de assistência e proteção. Este módulo analisará brevemente alguns dos riscos de proteção enfrentados por pessoas deslocadas, como a violência baseada em gênero (VBG).

**Objetivos de aprendizagem**

* Definir a gestão de acampamento.
* Reconhecer a complexidade e diversidade do deslocamento global.
* Refletir sobre como diferentes perfis de pessoas deslocadas exigem assistência e proteção diferentes.
* Discutir terminologia para soluções temporárias e duráveis para pessoas e comunidades deslocadas.
* Descrever os diferentes tipos de assentamentos temporários e fases do ciclo de vida do acampamento.

**Informações de contextualização**

***O que é gestão de acampamento?***

A gestão de acampamento é a coordenação e o monitoramento da prestação de serviços, proteção e assistência em assentamentos temporários de acordo com a estrutura de proteção legal e padrões humanitários mínimos por meio de governança comunitária e sistemas participativos. A gestão de acampamento é técnica e social em seus objetivos.

O objetivo da gestão de acampamento é garantir que os serviços e a proteção fornecidos em ambientes comunitários estejam de acordo com as leis, diretrizes e padrões acordados nacionais e internacionais, para melhorar a qualidade de vida e dignidade durante o deslocamento e para defender soluções duráveis. O termo “acampamento” é usado para se aplicar a uma variedade de acampamentos e estruturas semelhantes a acampamentos, que incluem: acampamentos planejados, acampamentos espontâneos, centros coletivos, centros de recepção e trânsito e centros de evacuação. Para conseguir isso, a coordenação eficaz em nível de acampamento entre todas as partes interessadas é uma tarefa central de cada Agência de Gestão de Acampamento.

A Casa da gestão de acampamento fornece um recurso visual que é frequentemente usado para elaborar como a Agência de gestão de acampamento se comunica e coordena com uma ampla gama de agentes, para garantir os direitos da população do acampamento. A gestão de acampamento consiste em fornecer assistência e proteção às populações em situação de deslocamento que vivem em acampamentos de acordo com a estrutura de proteção legal e padrões humanitários mínimos, garantindo, assim que as populações afetadas participem das atividades diárias do acampamento. A Casa de gestão de acampamento ilustra que a gestão de acampamento implica uma abordagem holística e uma resposta setorial transversal.



**Gestão de acampamento**

**Proteção**

**Assistência**

**Participação**

**Leis e padrões**

Ilustração 1: casa de gestão de acampamento

**Mensagem principal**

A **Coordenação de Acampamentos e Gestão de Acampamentos (CCCM)** se esforça para: melhorar as condições de vida durante o deslocamento, garantir a assistência e proteção em locais de deslocamento e buscar soluções duráveis para encerrar o deslocamento temporário, com um fechamento organizado e retirada gradual de locais de deslocamento.

**Complexidade do deslocamento global: novas tendências**

O deslocamento global está aumentando e é causado por uma combinação de fatores. Essa complexidade tem profundas implicações na prevenção, resposta e resolução de deslocamentos. Desastres naturais estão se tornando mais frequentes e complexos. As crises políticas estão cada vez mais prolongadas e visando agentes humanitários. Esses fatores tornam o acesso mais difícil e a gestão remota mais comum.

Os fatores determinantes de conflitos e deslocamentos relacionados a desastres estão cada vez mais interligados e indistintos. Exemplos de tal complexidade são as situações críticas, como aquelas que ocorrem em partes da África Oriental, onde a seca, combinada com conflito e violência, está alimentando o deslocamento, a grave insegurança alimentar e a fome. Consulte o relatório mais recente do Centro de Monitoramento de Deslocamento Interno (*Internal Displacement Monitoring Centre*, IDMC) para os números atuais ([página inicial do IDMC](https://www.internal-displacement.org/)).

Apesar do foco no planejamento e prevenção de contingências, o deslocamento relacionado a desastres é mais de três vezes maior do que o deslocamento relacionado a conflitos. Nos últimos anos, novos deslocamentos foram desencadeados por desastres relacionados ao clima, incluindo tempestades, inundações, incêndios florestais e condições severas de inverno. Desastres de processo lento também são um fator e podem exacerbar situações frágeis, aumentando vulnerabilidades e gerando conflitos.

Não há cifras globais para o número de pessoas deslocadas por desastres; no entanto, o IDMC, que tem autorização avalizada internacionalmente para coletar e analisar dados sobre deslocamento interno, registra que há centenas de milhares de pessoas identificadas como vivendo em deslocamento prolongado, por períodos que variam de 1 a 26 anos. Países que vivenciam deslocamentos relacionados a conflitos reportaram números para um deslocamento médio de 23 anos. As estatísticas sobre refugiados sugerem que, uma vez deslocados por seis meses, os refugiados têm uma alta probabilidade de se encontrarem em deslocamento por pelo menos três anos, e, muitas vezes, muito mais tempo. Mais de 80% das crises de refugiados duram dez anos ou mais; duas em cinco nos últimos 20 anos ou mais. O limite da ACNUR (Agência da ONU para Refugiados) para situações de refugiados prolongados é de 5 anos.

Apesar do fato de que pessoas deslocadas internamente (PDIs) superam os refugiados em cerca de dois para um (números totais: 40 milhões de pessoas deslocadas internamente[[1]](#footnote-1) versus 22,5 milhões de refugiados[[2]](#footnote-2)), o deslocamento interno tem sido deixado de lado nos recentes processos de política global e é ofuscado pelo foco atual em refugiados e imigrantes.

Resultados específicos dos relatórios do IDMC e da ACNUR concluíram que:[[3]](#footnote-3)

* Dados sobre deslocamentos relacionados a conflitos mostram que muitos dos principais países produtores de refugiados também abrigam o maior número de pessoas deslocadas internamente.
* O fenômeno de pessoas deslocadas internamente que se movem além das fronteiras não é sistematicamente medido, e não há dados quantitativos e qualitativos e análises suficientes para informar respostas operacionais e políticas eficazes.
* Em 2016, mais refugiados e pessoas deslocadas internamente retornaram aos seus países ou áreas de origem do que em 2015. Embora o retorno dos refugiados ao seu país de origem seja muitas vezes considerado uma solução viável e politicamente preferida, os refugiados retornados podem, de fato, voltar a situações de segurança e estabilidade questionáveis e ao risco de sofrerem novo deslocamento, dessa vez internamente. Evidências de todo o mundo apontam para muitos refugiados retornados que passam a situação de deslocamento interno assim que retornam aos seus países de origem.

As pessoas se mudam por vários motivos. A capacidade dos migrantes de retornar ao seu país de origem é fundamentalmente diferente dos refugiados e, portanto, os migrantes são tratados de forma muito diferente de acordo com a lei internacional. Os migrantes, especialmente migrantes econômicos, optam por se mudar para melhorar suas vidas. Os refugiados são forçados a fugir para salvar suas vidas ou preservar sua liberdade e não podem voltar.

No entanto, nos últimos anos, tanto migrantes quanto refugiados têm cada vez mais usado as mesmas rotas e meios de transporte para chegar a um destino no exterior. Se as pessoas que compõem esses fluxos mistos não conseguirem entrar legalmente em um estado específico, elas muitas vezes recorrem ao envolvimento dos serviços de traficantes de pessoas e embarcam em viagens marítimas ou terrestres perigosas, a que muitos não sobrevivem[[4]](#footnote-4).

Movimentos mistos de migração são preocupantes principalmente na bacia do Mediterrâneo, no Golfo de Áden, América Central e Caribe, Sudeste Asiático e Bálcãs.

**Mensagens principais**

O conflito e o deslocamento podem afetar indivíduos de diferentes maneiras. Incorporar a análise de diferentes necessidades específicas significa observar **idade** (por exemplo, crianças, adolescentes e idosos), **gênero** (referindo-se às características socialmente construídas e atribuídas, funções e responsabilidades de mulheres e homens em qualquer cultura) e **diversidade** (que inclui etnia, idioma, cultura, religião, deficiência, situação familiar e situação socioeconômica). É essencial entender e abordar os diferentes riscos de proteção dentro de um local temporário.

As crises que desencadeiam o deslocamento normalmente têm **várias causas**.

Os **acampamentos são um último recurso** e só devem ser estabelecidos quando outras soluções não forem viáveis ou preferíveis. Os acampamentos **não fornecem soluções sustentáveis permanentes.** Eles oferecem soluções temporárias para o fornecimento de proteção e assistência, para atender aos direitos humanos básicos das populações em situação de deslocamento.

**Deslocamento e violência baseada em gênero (VBG)**

Nas crises humanitárias, as pessoas que já eram vulneráveis à violência e exploração devido a desigualdades pré-existentes muitas vezes se veem mais vulneráveis. Como resultado, as formas de **violência baseada em gênero (VBG)** muitas vezes têm maior risco de ocorrer durante o deslocamento, o que afeta desproporcionalmente mulheres, adolescentes e crianças.

A violência sexual e a exploração, que têm como alvo principalmente mulheres e crianças, se tornaram uma das características mais perturbadoras e comuns das crises contemporâneas de conflito armado e deslocamento. Embora mais homens sejam mortos em conflitos armados, mulheres e meninas são desproporcionalmente afetadas por tipos específicos de violência, como violência sexual e baseada em gênero e outras consequências da guerra, incluindo deslocamento e perda de sustento[[5]](#footnote-5).

Mulheres e meninas em situação de deslocamento são frequentemente forçadas a assumir responsabilidades diferentes e/ou adicionais como resultado de serem separadas de suas famílias. Durante o deslocamento, muitas vezes há um aumento dramático no número de mulheres e crianças que são chefes de família e que, como resultado, correm um risco especial de violações de direitos. Ao mesmo tempo, devido às desigualdades existentes e até mesmo exacerbadas dentro da comunidade, mulheres e crianças podem desfrutar de um poder ainda menos social, econômico e político e ser menos representadas em estruturas de liderança de acampamentos formais do que homens, com o resultado sendo que seus direitos e necessidades particulares, muitas vezes, sejam negligenciados[[6]](#footnote-6).

Portanto, “quaisquer esforços de longo prazo para reduzir a violência contra mulheres e meninas (durante o deslocamento) devem abordar as causas raiz, bem como os fatores contribuintes, mesmo em um contexto de crise”.[[7]](#footnote-7)

Vincular a violência contra mulheres e meninas às suas raízes na desigualdade de gênero significa que aqueles que trabalham para reduzir a VBG em ambientes humanitários devem trabalhar para a mudança social e cultural de longo prazo. A responsabilidade de abordar a VBG é derivada da responsabilidade humanitária de proteger e é reiterada em normas e diretrizes estipuladas globalmente, como os Padrões Esfera[[8]](#footnote-8), as Diretrizes de VBG do Comitê Permanente Interagencial[[9]](#footnote-9) e as Diretrizes de HIV do Comitê Permanente Interagencial[[10]](#footnote-10), que reconhecem que a VBG é uma questão internacional generalizada de saúde pública e de direitos humanos.

**Mensagens principais**

Em crises humanitárias, pessoas que já estavam vulneráveis à violência e exploração devido a **desigualdades pré-existentes** frequentemente se veem mais vulneráveis. Como resultado, as formas de **violência baseada em gênero (VBG)** muitas vezes têm maior risco de ocorrer durante o deslocamento, o que afeta desproporcionalmente mulheres, adolescentes e crianças.

A VBG existe em todo o mundo e em uma variedade de contextos. As situações de deslocamento, com frequência, aumentam os riscos de VBG, pois **os mecanismos de proteção comunitários podem ser enfraquecidos ou destruídos**. Os locais de deslocamento, em vez de proporcionar um ambiente seguro para seus residentes, podem, às vezes, aumentar a exposição à violência.

**Definições de status legal no deslocamento: pessoas deslocadas internamente, refugiados e migrantes**

A diferenciação entre migração forçada e voluntária nem sempre é simples. A migração e o deslocamento ocorrem em um continuum que varia de predominantemente voluntário a predominantemente forçado.

**Pessoas deslocadas internamente** são “pessoas ou grupos de pessoas que foram forçadas ou obrigadas a fugir ou deixar suas casas ou locais de residência habitual, em particular como resultado de ou para evitar os efeitos de conflito armado, situações de violência generalizada, violações de direitos humanos ou desastres naturais ou causados pelo homem, e que **não cruzaram uma fronteira de estado internacionalmente reconhecida.**”[[11]](#footnote-11) Como, ao contrário de um refugiado, uma pessoa deslocada internamente não cruzou uma fronteira internacional, ele/ela não está sujeito ou protegido por legislação internacional especial[[12]](#footnote-12). Em vez disso, as pessoas deslocadas internamente dependem de suas próprias estruturas jurídicas nacionais e dos Estados para proteção. Dois elementos são decisivos na identificação de pessoas deslocadas internamente, conforme definido nos Princípios Orientadores sobre Deslocamento Interno: (1) o caráter coercitivo ou involuntário do movimento, ou seja, o movimento causado por conflito armado, violência, desastres e similares; e (2) o fato de que tal movimento ocorre dentro das fronteiras nacionais.

Um **refugiado** é definido como uma pessoa que: “com medo bem fundamentado de ser perseguido por razões de raça, religião, nacionalidade, participação em um grupo social específico ou opinião política, está **fora do país de sua nacionalidade** e é incapaz ou, devido a esse medo, não está disposto a se beneficiar da proteção desse país; ou quem, não tendo nacionalidade e estando fora do país de sua antiga residência habitual, como resultado de tais eventos, é incapaz ou, devido a esse medo, não está disposto a retornar a ele.”[[13]](#footnote-13) Além disso, e para levar em conta as várias situações regionais, instrumentos regionais (como a Convenção OUA de 1967 que rege os aspectos específicos dos problemas dos refugiados na África[[14]](#footnote-14), ou a Declaração de Cartagena de 1984 sobre Refugiados[[15]](#footnote-15)) e sua tradução em leis nacionais também reconhecem como refugiados aqueles que estão fora de seu país de origem e que não podem ou não estão dispostos a retornar para lá devido a sérias ameaças à vida, integridade física ou liberdade resultante de violência generalizada ou eventos que perturbem seriamente a ordem pública (incluindo violação maciça dos direitos humanos).

A determinação do status de refugiado é de natureza declaratória, ou seja, uma pessoa é um refugiado assim que cumpre os critérios contidos na definição, a menos e até que seja determinado de outra forma. Para fins administrativos, no entanto, o termo **solicitante de refúgio** é usado para aqueles cujo pedido de santuário ainda não foi processado.[[16]](#footnote-16)

Observe que as pessoas que são forçadas a deixar suas casas devido a inundações, tempestades tropicais, secas, derretimento de geleiras, terremotos e outros perigos naturais podem atravessar uma fronteira internacional, mas não podem ser legalmente reconhecidas como refugiados de acordo com a Convenção e Refugiados de 1951 ou instrumentos regionais, a menos que também satisfaçam a definição ali contidas[[17]](#footnote-17).

Não há definição internacionalmente aceita de **migrante.** No entanto, e a fim de distingui-las das definições acima para refugiados, pessoas deslocadas ou outras forçadas a deixar suas casas, elas podem ser livremente descritas como pessoas que vivem temporária ou permanentemente em um país do qual não são nacionais e que fazem escolhas sobre quando sair e para onde ir, mesmo que essas escolhas sejam, às vezes, extremamente restritas.[[18]](#footnote-18) A diferenciação entre movimento forçado e voluntário nem sempre é simples[[19]](#footnote-19), e o deslocamento associado a crises de início lento, frequentemente recorrentes e cíclicas, é apenas uma das situações em que pode ser particularmente difícil.

No caso de uma crise, migrantes que vivem, trabalham, estudam, viajam ou transitam no país afetado pela crise podem ser gravemente afetados. Suas necessidades são, muitas vezes, diferentes das necessidades da população nacional, e fatores como barreiras linguísticas, status de migração irregular, documentos de identidade ou de viagem confiscados ou perdidos, redes sociais limitadas, isolamento e discriminação podem criar vulnerabilidades específicas para migrantes diante de crises.

A Revisão independente do sistema de proteção no contexto da ação humanitária de 2015 recomenda a formação de uma abordagem holística baseada em uma análise de crise e avaliação de necessidades que seja “proporcionada para maximizar e monitorar intervenções de proteção” para uma abordagem completa de caso[[20]](#footnote-20). Para adotar isso, o sistema humanitário consideraria riscos contextualizados, padrões de dano e mecanismos de enfrentamento de todos os grupos e indivíduos em risco, em vez de seu status legal.

**Deslocamento em ambientes de acampamento e estruturas semelhantes a acampamentos e urbanização do deslocamento**

Desde 2008, 50% da população mundial residem em cidades, e espera-se que as populações urbanas dobrem nos próximos 40 anos. A maior parte do crescimento populacional será concentrada em cidades e municípios nos países menos desenvolvidos, em particular no sul da Ásia e na África Subsaariana.

A presença de pessoas deslocadas internamente em áreas urbanas está diretamente ligada à tendência global de crescente urbanização. Pelo menos 59% de todos os refugiados estão agora vivendo em ambientes urbanos, e essa porcentagem está em ascensão.[[21]](#footnote-21) Como o deslocamento é cada vez mais um fenômeno urbano e disperso, os acampamentos estabelecidos estão se tornando a exceção. A maioria (aproximadamente 80%) das pessoas deslocadas internamente está optando por permanecer fora de acampamentos ou assentamentos identificáveis e, em vez disso, está dispersa em ambientes urbanos, rurais ou remotos, hospedada por famílias locais, vivendo em moradias subsidiadas ou alugadas, dispersa em ambientes urbanos e, frequentemente, misturada com migrantes e pobres locais, ou reunida em pequenos assentamentos espontâneos de três a cinco famílias.[[22]](#footnote-22)

Pessoas deslocadas que decidem residir fora dos acampamentos o fazem devido a uma série de fatores. Em alguns casos, não há acampamentos disponíveis, falta segurança ou a distância até os serviços torna os acampamentos inacessíveis. Pessoas deslocadas também podem se sentir mais seguras física e emocionalmente fora de acampamentos, ou viver em um acampamento pode ser inaceitável por razões culturais. No anonimato, por medo de assédio, detenção e possível *extradição* (o retorno forçado de um refugiado ao país de origem), muitas pessoas deslocadas permanecem sem registro e sem documentação. Apesar da falta de proteção eficaz e de potencialmente se tornarem mais vulneráveis, populações deslocadas são atraídas para áreas urbanas e periurbanas devido a oportunidades econômicas e acesso a instalações sociais, especialmente em condições de deslocamento prolongado.

Há também uma percepção comum de que as populações que vivem em um acampamento são claramente separadas das áreas circundantes. Na realidade, as divisas do acampamento são menos fixas e o movimento dentro e fora dos acampamentos é muito fluido. Frequentemente, a Agência de Gestão de Acampamento é confrontada com a necessidade de fornecer apoio às operações que visam populações fora dos acampamentos, como quando pessoas deslocadas internamente que vivem na comunidade anfitriã são assistidos dentro da estrutura do acampamento. Em outros casos, a Agência de gestão de acampamento está envolvida na facilitação de processos de retorno e reintegração em nível comunitário, seja fornecendo assistência na preparação de um retorno de pessoas deslocadas internamente ou em avaliações de acompanhamento de sua reintegração após a partida.

**Tipo de assentamentos temporários**

Os acampamentos são um último recurso e só devem ser estabelecidos quando outras soluções não forem viáveis ou preferíveis. Eles não fornecem uma solução sustentável permanente, mas oferecem soluções temporárias para o fornecimento de proteção e assistência, a fim de atender aos direitos humanos básicos das populações deslocadas.

Os tipos de assentamentos em que as pessoas deslocadas internamente podem buscar temporariamente assistência e proteção podem assumir uma variedade de formas. Eles podem ser planejados ou espontâneos e agrupados ou dispersos, dependendo do tipo de emergência, do ambiente e dos fatores externos envolvidos. Os acampamentos são uma opção de último recurso; às vezes, eles são a única escolha para a provisão temporária de assistência e proteção às populações afetadas forçadas a fugir de suas casas devido a desastres ou conflitos. Os acampamentos não fornecem uma solução sustentável permanente. Todas as outras opções de suporte devem ser consideradas antes de se decidir em favor do assentamento de um acampamento (por exemplo, aluguel/moradia subsidiada).

Os acampamentos nem sempre são a opção de assentamento escolhida pelas populações deslocadas. Ficar com uma família anfitriã é comum quando há relações sociais, étnicas ou religiosas específicas entre a pessoa deslocada e a comunidade anfitriã, ou se há amigos e familiares na área. Isso pode ser uma solução de longo prazo ou de curto prazo, e os níveis de intenção humanitária podem variar de muito apoio a nada. No entanto, os recursos dentro de uma família anfitriã e entre comunidades podem ficar tensos, particularmente quando o deslocamento se torna prolongado.

**Mensagem principal**

Os tipos de assentamentos em que as populações deslocadas podem buscar temporariamente assistência e proteção assumem uma **variedade de formas** e podem ter um impacto sobre sua qualidade de vida (dignidade) durante o deslocamento.

**Tipologias de locais de deslocamento[[23]](#footnote-23)**

Os tipos de assentamentos em que as populações deslocadas podem buscar temporariamente assistência e proteção assumem uma variedade de formas e podem ter um impacto sobre sua qualidade de vida (dignidade) durante o deslocamento.

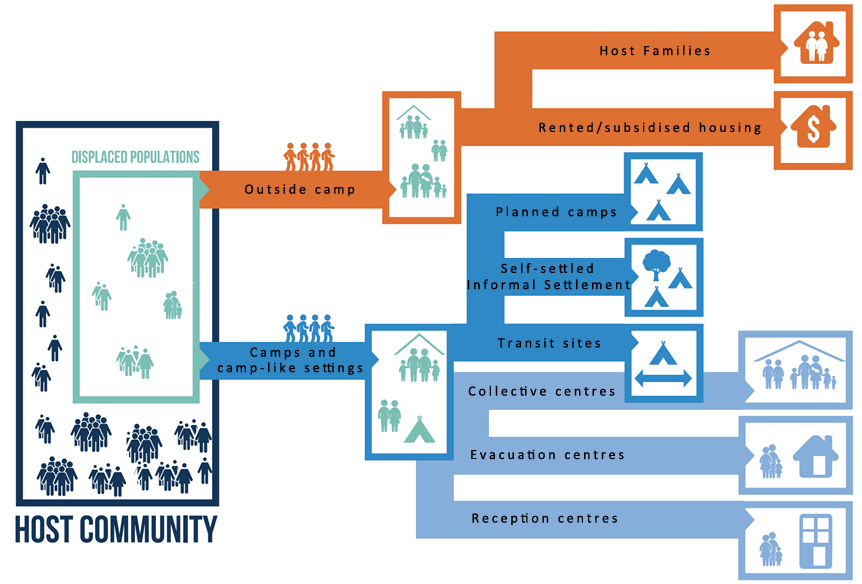
****

Ilustração 2: tipologias de assentamentos

**Centros de recepção e trânsito**

Os centros de recepção e trânsito são locais normalmente usados no início de uma emergência como acomodação temporária, enquanto as pessoas aguardam a transferência para um acampamento adequado, seguro e de longo prazo. Eles também podem ser usados no final de uma operação, como um ponto de preparação do processo de retorno. Os acampamentos de recepção e trânsito são, portanto, instalações de curto prazo e projetados para fornecer abrigo de algumas horas a 2 a 5 dias, com mínima infraestrutura de suporte. Os centros de recepção também podem ser uma instalação temporariamente aberta, semiaberta ou fechada, dependendo das necessidades operacionais para apoiar as pessoas à medida que elas fazem a transição para o próximo destino desejado. A localização dos centros de recepção e trânsito deve ser cuidadosamente considerada para melhor apoiar a logística, bem como as exigências de abrigo[[24]](#footnote-24).

**Acampamentos planejados:**

Os acampamentos planejados podem ser em locais urbanos ou rurais; são áreas onde as populações deslocadas encontram acomodação em locais construídos propositadamente, a serem fornecidas com serviços que podem incluir alimentos, água, saneamento, locais para serviços médicos ou de saúde, distribuição de roupas ou outros itens não alimentares e reuniões e locais de recreação para eventos culturais. Outros serviços, como um local para criação de animais ou culto religioso, também podem ser disponibilizados. O uso dessas áreas é, em geral, exclusivamente para a população do local, mas a troca e a interação com a comunidade anfitriã vizinha são altamente incentivadas.

**Acampamentos espontâneos ou autoestabelecidos:**

Grupos deslocados, muitas vezes em grupos menores de pessoas afiliadas, podem se estabelecer por conta própria em locais urbanos ou rurais. Esses tipos de assentamentos são tipicamente independentes de assistência e subsistem sem receber quaisquer intervenções humanitárias. Acampamentos espontâneos podem ser situados em terreno estatal, privado ou comunitário, geralmente após negociações limitadas ou nenhuma negociação com a população local ou proprietários particulares sobre o uso e o acesso. Em alguns casos, uma Agência de Gestão de Acampamento pode operar nas proximidades e aprender sobre suas necessidades e tentar ajudá-los com assistência operacional.

Famílias em acampamentos espontâneos (especialmente em áreas urbanas) têm maior probabilidade de ocupar terrenos que não sejam adequados e em áreas de alto risco (como encostas ou desfiladeiros) ou em áreas públicas, como parques ou praças públicas, das quais as autoridades querem que sejam realocadas. Dependendo do contexto e da urgência, esses acampamentos podem precisar ser realocados ou melhorados. Deve ser realizada uma avaliação para decidir se o acampamento é seguro e sustentável, ou se os moradores devem ser realocados para outra área ou assentamento.

**Centros coletivos:**

Uma grande variedade de edifícios e estruturas pré-existentes pode ser usada como centros coletivos, por exemplo, hotéis, escolas, fábricas ou edifícios públicos/governamentais. Os centros coletivos são frequentemente usados quando o deslocamento ocorre em um ambiente urbano ou quando há fluxos significativos de pessoas deslocadas para uma cidade. Da mesma forma que um acampamento, um centro coletivo destina-se apenas a ser uma acomodação temporária ou de trânsito. Os níveis de assistência podem variar de assistência total a níveis variados de autoconfiança. Um gerente de centro coletivo pode ter um papel forte a desempenhar aqui em termos de coordenação de serviços que são fornecidos através de serviços municipais existentes. O Gerente do Centro Coletivo é responsável por abordar essas questões, mitigar os riscos de proteção e garantir um ambiente saudável e seguro que promova a dignidade e a privacidade.

**Centros de evacuação:**

Podem ser estabelecidos centros de evacuação de emergência para fornecer abrigo temporário apropriado para pessoas fugindo de uma ameaça específica e imediata, como lutas, ou de um perigo natural, como um ciclone, incêndio florestal ou após um terremoto. Escolas, arenas esportivas e edifícios religiosos ou cívicos são frequentemente usados para esse fim. Os centros de evacuação de emergência devem ser preparados e planejados antes de eventos de desastre, onde e quando possível.

**Áreas urbanas:**

A disponibilidade de terrenos em cidades e municípios é muitas vezes limitada e, portanto, pessoas deslocadas com frequência encontrarão sua própria solução de habitação temporária, invadindo áreas informais, edifícios inacabados ou bairros marginalizados, como as favelas e assentamentos informais. Em algumas circunstâncias, isso é chamado de “sem teto”.

É improvável que as pessoas que procuram abrigo temporário em áreas urbanas tenham acesso a informações sobre seus direitos ou sejam totalmente capazes de se beneficiar de serviços públicos, como eletricidade e saneamento e/ou tenham apenas espaço limitado para o espaço familiar. Em algumas circunstâncias, as pessoas deslocadas internamente podem não ser capazes de registrar seus filhos na escola e podem temer acessar serviços de saúde ou jurídicos na cidade onde residem devido à falta de documentação residencial.

Em áreas periurbanas, as pessoas deslocadas internamente podem se acomodar em locais espalhados por espaços abertos ou em edifícios desocupados onde não têm aprovação formal para viver. Quando a assistência de aluguel não for fornecida (subvenções em dinheiro, dinheiro para o trabalho ou dinheiro para aluguel) e pessoas deslocadas não tiverem permissão para permanecer nesses locais, elas podem correr maior risco de despejo forçado, conflito com populações hospedeiras, exploração, abuso, negação de direitos e maior vulnerabilidade. A falta de concordância dos proprietários de terrenos pode aumentar a vulnerabilidade a agressões sexuais ou exploração por proprietários de terras.

**Mensagem principal**

A **forma como um centro de deslocamento é organizado e gerenciado** afeta a capacidade dos moradores de se recuperarem de um desastre. A **localização, o tamanho, o design e a duração** do acampamento são específicos do contexto. A localização de um acampamento e como ele é planejado e gerenciado pode afetar significativamente a proteção e o acesso dos moradores à assistência.

**Ciclo de vida do acampamento**

O ciclo de vida do acampamento é um diagrama que ilustra as três fases do ciclo de vida de um acampamento planejado: configuração/melhoria do acampamento, cuidados e manutenção do acampamento e fechamento do acampamento. Essas três fases seguem umas às outras com um período de sobreposição. Em alguns ambientes de operação, um local pode enfrentar dois estágios ao mesmo tempo. As tarefas específicas que uma Agência de Gestão de Acampamento desempenha variam de acordo com o contexto, parceiros e financiamento disponível para resposta.[[25]](#footnote-25)



Ilustração 3: diagrama do ciclo de vida do acampamento

As responsabilidades específicas atribuídas a diferentes agências serão mais exploradas no módulo Funções e Responsabilidades, onde um esboço das responsabilidades da equipe de gestão de acampamento (CM) em cada fase do ciclo de vida do acampamento será estipulado.

**Preparação ou melhoria do acampamento**

Fase 1/Avaliação – Planejamento – Construção – Primeiras chegadas (Fase de preparação do acampamento)

Nos primeiros dias após a chamada para resposta de assistência emergencial/baseada em acampamento, a principal responsabilidade será avaliar os locais, mapear os serviços existentes, planejar a resposta operacional em fases, identificar parceiros e iniciar a construção ou a infraestrutura de reparo em locais existentes (edificação pré-existente ou centro espontâneo). Nesta primeira fase, a maioria das atividades é implementada por equipes que consistem em planejadores de locais, logísticos, especialistas em gerenciamento de informações, bem como planejadores de infraestrutura, engenheiros civis e especialistas em construção ou outros especialistas técnicos que trabalham em estreita cooperação com autoridades nacionais e líderes de grupos de abrigos (quando ativados). Serviços de apoio, como recursos humanos, contratarão e treinarão a equipe (incluindo a emissão de vagas e linhas de subordinação para a equipe necessária baseada em acampamentos e o estabelecimento de procedimentos funcionais de recursos humanos e administração). O treinamento da equipe se tornará uma responsabilidade central do líder da equipe, conforme as necessidades e dinâmicas do acampamento mudarem.

A maioria das atividades no nível do local será implementada por uma equipe composta por um líder de equipe, especialista em construção ou engenheiro, logístico e especialista em compras.

Durante esta fase, as tarefas incluem a obtenção de acordos para uso do terreno ou prédio, a implantação de pessoal de segurança, a concessão de acesso a locais designados onde os serviços serão estabelecidos e a realização de um registro geral da população afetada pelo desastre. De preferência, discussões estratégicas que identifiquem soluções duráveis para o deslocamento serão iniciadas para estruturar a resposta de emergência e identificar recursos para restaurar as funções governamentais normais. Essas são todas as principais responsabilidades das autoridades que, na estrutura do CCCM, são chamadas de responsabilidades para os Administradores do acampamento; no entanto, muitas filiais de sistemas governamentais nacionais estão sempre envolvidas.

A colocação ou reparação de pontos de água, o projeto de latrinas/chuveiros para famílias e o planejamento do local para grupos em risco devem ser monitorados pela agência de gestão de acampamento (CMA). A CMA coletará dados sobre as necessidades das pessoas deslocadas e tem a responsabilidade pelo cuidado diário e manutenção da instalação. A CMA precisa garantir que os padrões mínimos de espaço e densidade sejam mantidos para promover a dignidade e evitar problemas de saúde e proteção associados à superlotação. A CMA também tem a responsabilidade de envolver a população do acampamento na tomada de decisões e realizar avaliações com grupos específicos para garantir que os serviços estejam alinhados com as necessidades das populações do acampamento. Em geral, serão necessários contatos entre a equipe de gestão de acampamento e a comunidade local (incluindo empresas). O suporte de tecnologia da informação e comunicação (*Information Technology and Communication*, ITC), incluindo suporte técnico (para a realização de avaliações do local, levantamento e planejamento do local), logística e transporte e serviços no local, dependerá dos requisitos técnicos específicos da área selecionada e das necessidades da população deslocada específica.

Equipes de recepção, distribuição, alocação de local e registro que tenham o correto equilíbrio de gênero da equipe precisarão estar em vigor para atender às primeiras chegadas ou alcançar pessoas deslocadas assentadas em locais diferentes. Onde tiver ocorrido deslocamento em grande escala, a coordenação subnacional avaliará as tendências da localização e das necessidades das pessoas deslocadas, mapeará a assistência e os serviços disponíveis para identificar lacunas e sobreposições, identificará parceiros relevantes e criará mecanismos para comunicação e atualizações regulares. Os planos de contingência, retirada gradual e saída serão elaborados neste estágio.

Em cada local, uma prioridade fundamental é organizar o mecanismo básico de compartilhamento de informações em nível comunitário (por exemplo, pontos focais da comunidade com telefones celulares, quadros de informações, etc.) para que as pessoas deslocadas sejam informadas sobre os serviços, direitos e procedimentos (regras) na área temporária. A agência de gestão de acampamento também deve garantir que existam sistemas de alerta e segurança em vigor, incluindo procedimentos de evacuação.

**Cuidados e manutenção**

Fase 2/Operações e manutenção - Nível doméstico e infraestrutura comunitária/promoção da participação (Fase de cuidados e manutenção)

Nesta fase, a CMA assume responsabilidades adicionais para envolver e mobilizar a comunidade do acampamento no cuidado e manutenção das instalações para garantir a saúde e o bem-estar das pessoas que vivem no local. Para esta finalidade, a CMA precisa expandir a equipe e envolver os mobilizadores da comunidade e os agentes de construção de capacidade. Durante este período, é crucial definir as ligações entre a equipe de gestão de acampamento e a população do acampamento, garantindo que as preocupações possam ser compartilhadas e a agência esteja ciente das necessidades específicas de todos os grupos, incluindo grupos marginalizados.

Na fase de cuidados e manutenção, há uma transição da construção de infraestrutura e reparos estruturais e das tarefas de monitoramento e manutenção dos novos residentes. É essencial estabelecer um plano de trabalho para o qual as tarefas sejam de responsabilidade do pessoal de gestão de acampamento, prestadores de serviços e os próprios residentes do acampamento. Todos precisam trabalhar com procedimentos detalhados e acordados para uma divisão de trabalho e manutenção.

Desenvolver soluções que reflitam as necessidades da comunidade em nível doméstico com relação aos setores técnicos, incluindo a distribuição de assistência, retomada da educação para crianças, meios de subsistência e estabelecimento de atividades de lazer, fortalecerá a comunidade e evitará o aumento da vulnerabilidade como resultado do deslocamento temporário.

Alguns métodos bem-sucedidos para alcançar essas soluções incluem a realização de auditorias de segurança, monitoramento regular de serviços, estabelecimento de rotas de referência para incidentes de proteção, compartilhamento de informações com proteção e outros parceiros, definição de procedimentos operacionais padrão (POPs, com outros agentes) para incidentes específicos de vítimas, treinamento adicional para a equipe sobre primeiros cuidados psicológicos (PCP) e técnicas participativas, e aumento das informações disponíveis para os residentes do acampamento. Essas habilidades são elaboradas em outros módulos neste treinamento.

A avaliação, o fortalecimento e consolidação das medidas de participação baseadas na comunidade incluem o estabelecimento de estruturas de governança transparentes e mecanismos de mobilização da comunidade, e também são enriquecidos por fóruns de discussão e medidas de responsabilidade, como medidas de reclamação e feedback.

**Fechamento do acampamento e soluções duráveis**

Fase 3/Fechamento e transferência (fechamento do acampamento)

Quando um acampamento fecha e como o acampamento ou estrutura semelhante a acampamento deve se transformar ao longo do tempo? Viver em um acampamento nunca é considerado parte de uma solução durável. Em vez disso, é sempre apenas uma resposta temporária ao deslocamento, com serviços mais permanentes e atualizações na acomodação sendo a chave para significar o fim da residência temporária. A obtenção de soluções duráveis deve ser levada em consideração desde o início da resposta do acampamento.

Há três tipos de soluções duráveis para populações deslocadas internamente:

* **Retorno:** reintegração sustentável ao local de origem.
* **Integração local:** integração local sustentável em áreas onde as pessoas deslocadas internamente encontram proteção.
* **Recolocação:** integração sustentável em outra parte do país.

Não há consenso jurídico internacional sobre quando a condição de pessoa deslocada internamente termina porque a identificação como pessoa deslocada internamente não confere status especial de acordo com a lei internacional. A maioria das soluções é abordada sob estruturas jurídicas nacionais e são sinalizadas quando uma pessoa não tem mais necessidades de proteção e/ou assistência diretamente relacionadas à sua experiência de deslocamento e que retomou totalmente o usufruto de seus direitos humanos e a prestação de serviços nacionais.

O módulo sobre fechamento de acampamentos e soluções duráveis analisará, em profundidade, as opções de longo prazo para pessoas deslocadas e o papel da equipe de CM.

**Mensagem principal**

A concretização de uma **solução durável** para aqueles que se deslocam forçosamente é desafiadora e exige que políticas, programas e operações trabalhem juntos para chegar a uma consideração fundamental desde o início da resposta do acampamento. Há três categorias principais para soluções duráveis: repatriação/retorno, integração local ou reassentamento, embora tenham implicações legais e operacionais diferentes para pessoas deslocadas internamente e refugiados, respectivamente.

**Referências e ferramentas**

* Camp Management Toolkit. 2015. Chapter 1: About Camp Management. <http://cmtoolkit.org/media/transfer/doc/chapter_1.pdf>
* Chatham House. 2016. The Global Crisis of Internal Displacement. Vídeo no YouTube, 58:36 minutos. <https://www.youtube.com/watch?v=qnSLIQVx3r0>
* Global CCCM Cluster. 2014. Urban Displacement & Out of Camps Review. <https://www.dropbox.com/s/p32dsdnl9e9gb9g/UDOC%20Desk%20Review_Digital%20publishing.pdf?dl=0>
* Humanitarian Policy Group. 2015. Protracted displacement: uncertain paths to self-reliance in exile. [http://www.internal-displacement.org/assets/publicações/2015/20150930-201509-global-protracted-displacement-odi/201509-global-protracted-displacement-odi-FULL-Report.pdf](http://www.internal-displacement.org/assets/publications/2015/20150930-201509-global-protracted-displacement-odi/201509-global-protracted-displacement-odi-FULL-Report.pdf)
* IOM. 2011. Key Migration Terms. <https://www.iom.int/key-migration-terms>
* UNHCR. 2007. Handbook for the Protection of Internally Displaced Persons. <http://www.unhcr.org/4c2355229.pdf>
* UNHCR. 2016. The 10-Point Plan in Action. Chapter 4, Reception Arrangements. <http://www.unhcr.org/publications/manuals/5846cf727/10-point-plan-action-2016-update-chapter-4-reception-arrangements.html>
* UNHCR. 2016. ‘Refugees’ and ‘Migrants’--Frequently Asked Questions (FAQs). <http://www.unhcr.org/afr/news/latest/2016/3/56e95c676/refugees-migrants-frequently-asked-questions-faqs.html>
* UNHCR. 2017. Global Trends: Forced Displacement in 2016. <http://www.unhcr.org/globaltrends2016/>
* UNOCHA. 2004. Guiding Principles on Internal Displacement. <http://www.unocha.org/sites/dms/Documents/GuidingPrinciplesDispl.pdf>
* Página da web do Grupo Global de CCCM. <http://www.globalcccmcluster.org/>
* Site da Central de Monitoramento de Deslocamento Interno (IDMC). <http://internal-displacement.org/>
* Site de migrantes em países em crise. <https://micicinitiative.iom.int>
* Site da plataforma sobre deslocamento de desastres. <https://disasterdisplacement.org/>
* Página da web da ACNUR (UNHCR). <http://www.unhcr.org>

**Ferramentas**

* Kit de ferramentas de gestão de acampamento (2015).
* Princípios orientadores sobre deslocamento interno.
* Estudos de caso de CCCM, Vol. 1 e Vol. 2.

**Acompanhamento operacional (indicadores)**

* % de avaliações de necessidades com considerações de integração de idade, gênero e diversidade (*Age, Gender and Diversity Mainstreaming*, AGDM)
* N.º de medidas de mitigação de VBG tomadas no local/contexto
* N.º de indicadores de mitigação de VBG usados na avaliação e monitoramento

1. IDMC Global Report on Internal Displacement 2018. <http://www.internal-displacement.org/global-report/grid2018/> [↑](#footnote-ref-1)
2. UNHCR Global Trends: Forced Displacement in 2016. [http://www.unhcr.org/statistics/unhcrstats/5943e8a34/global-trends-forced-displacement-2016.html#](http://www.unhcr.org/statistics/unhcrstats/5943e8a34/global-trends-forced-displacement-2016.html) [↑](#footnote-ref-2)
3. Ibid. [↑](#footnote-ref-3)
4. UNHCR. 2007. Refugee Protection and Mixed Migration: A 10 Point Plan of Action. <http://www.unhcr.org/protection/migration/4742a30b4/refugee-protection-mixed-migration-10-point-plan-action.html> [↑](#footnote-ref-4)
5. UNWOMEN. 2013. Violence against Women in Conflict, Post-conflict and Emergency Settings. <http://www.endvawnow.org/uploads/modules/pdf/1405612658.pdf> [↑](#footnote-ref-5)
6. UNHCR. 2009. Handbook for the Protection of Internally Displaced Persons. <http://www.unhcr.org/4c2355229.pdf> [↑](#footnote-ref-6)
7. UNWOMEN. 2013. Violence against Women in Conflict, Post-conflict and Emergency Settings. <http://www.endvawnow.org/uploads/modules/pdf/1405612658.pdf> [↑](#footnote-ref-7)
8. The Sphere Project. 2011. Humanitarian Charter and Minimum Standards in Humanitarian Response. Standard 2. Essential health services. <http://www.spherehandbook.org/en/2-essential-health-services/> [↑](#footnote-ref-8)
9. The Global Protection Cluster and IASC. 2015. Guidelines for Integrating Gender-Based Violence Interventions in Humanitarian Action. <https://interagencystandingcommittee.org/system/files/2015-iasc-gender-based-violence-guidelines_full-res.pdf> [↑](#footnote-ref-9)
10. IASC. 2010. Guidelines for Addressing HIV in Humanitarian Settings. <https://interagencystandingcommittee.org/system/files/legacy_files/IASC_HIV_Guidelines_2010_En.pdf> [↑](#footnote-ref-10)
11. OHCHR. 1998. Guiding Principles on Internal Displacement. <http://www.un-documents.net/gpid.htm> [↑](#footnote-ref-11)
12. Existem vários instrumentos jurídicos regionais, como a Convenção de Kampala sobre pessoas deslocadas internamente, adotada pela União Africana em 2009. O texto da convenção pode ser encontrado em <https://au.int/en/treaties/african-union-convention-protection-and-assistance-internally-displaced-persons-africa> [↑](#footnote-ref-12)
13. UNHCR. 1951. Convention and Protocol Relating to the Status of Refugees. <http://www.unhcr.org/3b66c2aa10> [↑](#footnote-ref-13)
14. O texto completo pode ser baixado em <https://au.int/en/treaties/oau-convention-governing-specific-aspects-refugee-problems-africa> [↑](#footnote-ref-14)
15. O texto completo pode ser encontrado em <http://www.refworld.org/docid/3ae6b36ec.html> [↑](#footnote-ref-15)
16. UNHCR. 2018. Asylum-Seekers. <http://www.unhcr.org/asylum-seekers.html> [↑](#footnote-ref-16)
17. Encontre informações sobre a agenda de proteção para pessoas deslocadas no contexto de desastres naturais e mudança climática em <http://www.disasterdisplacement.org>. [↑](#footnote-ref-17)
18. A Convenção das Nações Unidas sobre Direitos dos migrantes declara que o termo “migrante” deve ser entendido como abrangendo todos os “casos em que a decisão de migrar é tomada livremente pelo indivíduo em questão, ou seja, sem a intervenção de fatores externos convincentes”. O texto completo pode ser encontrado em <http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001435/143557e.pdf> [↑](#footnote-ref-18)
19. “A OIM (Organização Internacional para as Migrações) define um migrante como qualquer pessoa que esteja se mudando, ou tenha se mudado, através de uma fronteira internacional ou dentro de um Estado longe de seu local de residência habitual, independentemente de (1) status legal da pessoa; (2) se o movimento é voluntário ou involuntário; (3) quais são as causas/razões para o movimento; ou (4) qual é a duração da estadia.” [Página https://www.iom.int/who-is-a-migrant](https://www.iom.int/who-is-a-migrant) [↑](#footnote-ref-19)
20. Independent Whole of System Review of Protection in the Context of Humanitarian Action. 2015. [https://interagencystandingcommittee.org/sites/default/files/independent\_whole\_of\_system\_protection\_review\_report\_may\_2015.pdf (em inglês)](https://interagencystandingcommittee.org/sites/default/files/independent_whole_of_system_protection_review_report_may_2015.pdf) [↑](#footnote-ref-20)
21. ODI. 2015. Protracted displacement: uncertain paths to self-reliance in exile. [http://www.internal-displacement.org/assets/publicações/2015/20150930-201509-global-protracted-displacement-odi/201509-global-protracted-displacement-odi-FULL-Report.pdf](http://www.internal-displacement.org/assets/publications/2015/20150930-201509-global-protracted-displacement-odi/201509-global-protracted-displacement-odi-FULL-Report.pdf) [↑](#footnote-ref-21)
22. Global CCCM Cluster. 2014. Desk Review: Urban Displacement & Outside of Camp. [https://www.dropbox.com/s/p32dsdnl9e9gb9g/UDOC%20Desk%20Review\_Digital%20publishing.pdf?dl=0](https://www.dropbox.com/s/p32dsdnl9e9gb9g/UDOC%20Desk%20Review_Digital%20publishing.pdf?dl=0%20)

    Para obter mais informações sobre a revisão documental realizada pelo grupo CCCM sobre deslocamento urbano, consulte o site do CCCM Global. <http://www.globalcccmcluster.org/udoc> [↑](#footnote-ref-22)
23. Para obter mais informações sobre os tipos de abrigo temporário, consulte o Camp Management Toolkit, Chapter 1, página 18 ou em <http://cmtoolkit.org/chapters/view/about-camp-management> [↑](#footnote-ref-23)
24. UNHCR. 2016. The 10-Point Plan in Action. Chapter 4, Reception Arrangements. <http://www.unhcr.org/publications/manuals/5846cf727/10-point-plan-action-2016-update-chapter-4-reception-arrangements.html> [↑](#footnote-ref-24)
25. Camp Management Toolkit, Chapter 1, página 19 ou <http://cmtoolkit.org/chapters/view/about-camp-management> [↑](#footnote-ref-25)